

**A JUC, O JORNAL ENCONTRO E OS PRIMEIROS INQUÉRITOS
À JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA**
**Contributos para a história das modernas ciências sociais em
Portugal**

Adelino Gomes

Introdução

Não passaram ainda duas décadas sobre a data (1988) em que os sociólogos se reuniram pela primeira vez em congresso. Fernando Luís Machado fala, a propósito, numa tripla juventude: dos profissionais, da profissão e da própria disciplina (1996: 49). Isto não impede, naturalmente, o mesmo investigador de valorizar aquilo que designa como os “antecedentes ‘clássicos’” da sociologia entre nós, remetendo para as investigações, entre outros, de Manuel Braga da Cruz (1982) e de António Teixeira Fernandes (1996).

O estudo de Braga da Cruz, focalizado na penetração da sociologia no meio universitário, privilegia as “vicissitudes académicas da sociologia, a partir da década de 1960 do século XIX” até aos começos de 1970, quando surgem os primeiros cursos superiores a ela dedicados.

O autor distingue quatro “grandes períodos”: o da sociologia positivista, que perdurará até à implantação da República, em 1910;¹ o da sociologia experimental, que, influenciada pela escola da ciência social de Le Play, “teve o seu momento mais alto” e duradouro em cursos e pesquisas de Paul Descamps, nos anos 30;² o da sociologia colonial, que viria a culminar na criação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU); e o da sociologia do desenvolvimento e do trabalho, “desencadeada a partir das instituições de estudos e formação corporativa”, e que se autonomiza destas raízes com a criação, em 1963, da *Análise Social*, o lançamento do primeiro curso de sociologia, “voltado para o planeamento e desenvolvimento regionais”, em Évora, em 1964, e a fundação do ISCTE (1972).³

Embora o estudo de António Teixeira Fernandes, datado de 1996, incida sobre

1 Chegará a ministrar-se na Faculdade de Direito de Coimbra, entre 1901 e 1910, sociologia geral e filosofia do direito e sociologia criminal e direito penal, o que significa ter a sociologia obtido entre nós, nos últimos anos da Monarquia, “transitoriamente, alguma consagração institucional no mundo académico” (Pinto, 2004: 11).

2 Além de artigos e cursos nas Faculdades de Direito de Coimbra e de Lisboa, Descamps procedeu à recolha, em todo o país, de dados que viriam a integrar o seu livro *Le Portugal: La Vie Social Actuelle*.

3 Augusto da Silva (1996: 113-114) reforça estas informações de Manuel Braga da Cruz e, contestando José Carlos Ferreira de Almeida (1968), sustenta que o Instituto de Estudos Superiores de Évora ofereceu, dez anos antes do ISCTE, o primeiro curso de sociologia oficialmente reconhecido em Portugal, nascido da “iniciativa de um grupo de jesuítas formados no estrangeiro e com financiamento assegurado por uma Fundação da responsabilidade do Conde de Vilalva, eng.º Vasco Maria Eugénio de Almeida”.

os 20 anos anteriores, não deixa também de percorrer, brevemente, a implantação em Portugal da sociologia, que divide em três fases.

A primeira vai do último quartel do século XIX até fins de 1950. Protagonizam-na Teófilo Braga (autor do muito referenciado tratado *Systema de Sociologia*, 1884) e Alfredo Pimenta, ambos positivistas, fortemente influenciados por Augusto Comte.

Assumindo uma feição “essencialmente doutrinal e ideológica, frequentemente polémica”, esta primeira fase mobiliza igualmente, mais tarde, entre outros, Oliveira Martins e Antero de Quental, atraídos pelo socialismo utópico de Proudhon.

A segunda, inicia-se em meados do século XX. Tem em Adérito Sedas Nunes (ASN) a sua figura “mais proeminente”, e na revista *Análise Social* a sua realização mais duradoura. Embora, no dizer de Mário Murteira (ele próprio do grupo fundador da revista), as análises dos primeiros anos da década de 1960 tivessem “pouco ou nada a ver com a perspectiva hoje dominante nos estudos sociológicos entre nós”, dessa época permanece “a intenção de rigor metodológico, na análise dos fenómenos”.

A terceira fase começa com a revolução do 25 de Abril de 1974, quando o fim da ditadura criou condições para a institucionalização da sociologia, que entra “em pleno” na universidade.

Neste trabalho, deter-nos-emos sobre o período que abrange a década de 1950 e primeiros anos da década de 1960 — correspondentes às primeiras partes da quarta fase indicada por Braga da Cruz e da segunda fase proposta por António Teixeira Fernandes — e examinaremos com particular atenção o I e II Inquéritos aos Estudantes do Ensino Superior, lançados pela JUC, nos anos lectivos de 1952/3 e 1963/4.

Sobre ambos paira, não por acaso, a figura tutelar de Sedas Nunes. Presidente-geral da JUC ao tempo do I Congresso, ele analisará, uma década e meia depois, em estudos sobre a situação do ensino universitário, muitos dos dados do II Inquérito, e referir-se-á, de forma sumária, ao I Inquérito.⁴

Se o II Inquérito, como veremos mais adiante, representou um passo em frente, quando comparado com o grau amadorístico do anterior, este representou uma iniciativa de grande fôlego para a época. Embora nascidos das preocupações de intervenção social de um organismo da pastoral religiosa, não podendo ser incluídos na produção científica sociológica portuguesa, julgamos útil, se não mesmo um dever, trazer a público os seus contornos, enriquecidos por dados históricos, informações e reflexões recolhidas junto de alguns que neles trabalharam.⁵

4 Ver, em particular, os estudos publicados em 1968, na *Análise Social*, 22-23-24, correspondentes aos capítulos II, III e IV do livro de homenagem que o ICS lhe dedicou em 2000: A. Sedas Nunes, *Antologia Sociológica*, selecção e prefácio de Maria Filomena Mónica.

5 “Não se podem confundir preocupações sociais com produção científica sociológica”, adverte António Teixeira Fernandes (1996: 15). Já em 1968, José Carlos Ferreira de Almeida estabeleceu a linha de separação, no artigo “Situação e problemas do ensino de Ciências Sociais em Portugal” (*Análise Social*, 22-23-24, pp. 697-729).

Assim respondemos, gostosamente, ao desafio lançado por Daniel Melo que, na sua dissertação de doutoramento no ISCTE (recentemente editada em livro pelo ICS, em versão resumida), considerava “imperativo ético e social” a “recuperação, divulgação e/ou acessibilidade” do 2.º volume com as Actas do I Congresso da JUC, onde se transcreveria o I Inquérito.⁶

Tendo encontrado não só o 2.º volume mas também o seu precioso *Apêndice*, com os textos dos cinco inquéritos então feitos, é isso que nos propomos fazer, neste e em eventuais futuros trabalhos.

Sedas Nunes e a “geração improvável”

Pergunte-se por uma figura, uma só, entre os pioneiros da institucionalização académica das ciências sociais em Portugal. Pelos pioneiros de um tempo em que a simples palavra sociologia era banida “porque evocadora de todas as subversões” (Almeida, 1988). Não se ouvirá outra resposta que não esta: Adérito Sedas Nunes (1928-1991). Ele é, como disse João Ferreira de Almeida no discurso de abertura do 1.º Congresso Português de Sociologia, em 1988, “o nome representativo e simbólico de quem mais longa e pertinazmente enfrentou esses ventos e essas marés”.

As homenagens que velhos companheiros, antigos alunos, colegas mais jovens lhe prestaram, após a sua morte, em textos expressamente escritos para o efeito ou em trabalhos a ele dedicados, provam quão funda foi a marca e quão duradoura é a memória que deixou enquanto investigador, professor, divulgador e homem público (Pinto, 1991; Barbosa, 1993; Silva, 1993; Murteira, 1993; Pereira, 1994).

Conhecem-se com relativo pormenor os caminhos académicos e profissionais que ASN percorreu desde os tempos de estudante e de professor no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), em Lisboa, até ao lançamento da *Análise Social*.

Ele próprio se encarregou de iluminar alguns desses períodos menos conhecidos num artigo de autêntica sócio-auto-análise, publicado no n.º 100 da revista, em 1988: “Histórias, uma história e a História: sobre as origens das modernas ciências sociais em Portugal” (ver Nunes, 2000a).

Com meia centena de páginas, o texto é, mais do que um estudo, um depoimento, como o autor sublinha. O facto de ter sido publicado menos de três anos antes da sua morte enfatiza ainda mais o seu carácter testemunhal.

6 Comentava Daniel Jorge Seixas de Melo, na sua dissertação de doutoramento *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987)*, lançada já em 2005 pelo ICS, em “versão revista e resumida”: “A existência dum inquérito da JUC à juventude universitária [1952/3] foi referida numa obra posterior da JUC (1967, p. III, V e 3), mas não foi possível localizar o 2.º volume da obra que o transcreveria, ou seja o 2.º volume das Actas do I Congresso Nacional da JUC. (...) É provável que tal inquérito tenha ficado por imprimir — alguém sabe onde está guardado o exemplar original? Ou terá sido inadvertidamente destruído ou perdido? Deve registar-se que se trata dum fonte preciosa, cuja recuperação, divulgação e/ou acessibilidade é um imperativo ético e social, pois este inquérito pertence ao conjunto dos estudos que facultam um melhor conhecimento da nossa comunidade” (p. 229).

Sedas Nunes explica as circunstâncias em que constituiu o 1.º GIS e criou a *Análise Social*, e dedica boa parte do texto aos números especiais desta revista, ao aparecimento do 2.º GIS (1969),⁷ à transformação deste em ICS (1982), e à institucionalização universitária da sociologia em Portugal.

No relato deste percurso, nunca deixa de pôr em relevo a comum militância na Juventude Universitária Católica, JUC, do grupo geracional em que se integrava e que com ele marcou, a partir dos anos 60 do século passado, o arranque decisivo daquela disciplina entre nós.

Pensamos, contudo, que nem este seu texto nem a restante bibliografia disponível relatam com ênfase suficiente a importância de algumas iniciativas da JUC no campo da realidade social da época. Referimo-nos em particular aos dois inquéritos gerais à universidade, organizados com 11 anos de intervalo (1952/3 e 1963/4), o primeiro dos quais precedendo o I (e único) Congresso dos ramos masculino e feminino do organismo.

As conclusões que se tiraram do inquérito no I Congresso — escreveu Sedas Nunes no texto-balanço de 1988 — “sumariavam o que de mais completo, fundado e avançado era possível pensar acerca da universidade em Portugal naquele tempo”. O que nos leva a arriscar dizer que, embora integrados nas práticas e perseguindo os objectivos da acção pastoral da Igreja católica, estes dois inquéritos inauguraram, de algum modo, o tratamento de um tema que se conserva até hoje na agenda da investigação sociológica em Portugal (Machado e outros, 2003).⁸

Fundado em 1956 e dirigido por figuras que mais tarde vieram a constituir boa parte da elite político-cultural do país, o *Encontro*, jornal oficial da JUC, foi, por seu lado, o veículo privilegiado da sensibilização e mobilização dos estudantes para as tarefas do II Inquérito que, aliás e como veremos, seria dado a conhecer primeiro nas suas páginas, e só depois na *Análise Social*.

Daí que, sendo uma introdução à história dos dois inquéritos da JUC, este trabalho acabe por incluir frequentes referências a aspectos dos percursos de vida de sucessivos cursos de estudantes que, na universidade — de que eram, geralmente, alunos de excepção — e na Igreja — onde militavam —, acabaram a enveredar por caminhos que os conduziram à ruptura com a ideologia salazarista e, nalguns casos, com as práticas e, até, com a fé religiosa.

Entre eles avultam dois grupos que se sucedem naquele organismo e que, unidos pelas mesmas preocupações sociais, vão estar ligados, directa ou

7 Precedido pela criação do “Grupo de Bolseiros de Sociologia da Fundação Calouste Gulbenkian”, o 2.º GIS marca a entrada em cena da geração hoje mais sénior da sociologia em Portugal. Nela se incluem, entre outras, figuras como João Ferreira de Almeida, José David Miranda, José Madureira Pinto, José Manuel Rolo, M. L. Marinho Antunes, Maria Eduarda Cruzeiro, Maria de Lurdes Lima dos Santos, Marinús Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira.

8 Para além dos estudos de Sedas Nunes sobre a população e o sistema universitário em Portugal publicados originalmente em 1968, na *Análise Social*, e que aqui citamos pela paginação do livro de homenagem coordenado por Filomena Mónica (2000: 85-267), os autores relevam um conjunto vasto de trabalhos publicados desde 1988 (*cf.* nota 3 da p. 48), numa área que o ISC, o ISCTE e a FEUP seguem regularmente, dando continuidade a um trabalho iniciado há 40 anos.

indirectamente, na preparação, na análise ou na divulgação dos dois inquéritos e, no caso do primeiro, na criação do GIS e da *Análise Social*.

A este grupo, caracterizou-o o próprio Adérito Sedas Nunes no já várias vezes referido artigo publicado no número mítico da revista (Mónica, 2000: 342-3): “Formavam-no homens já a entrar na casa dos 30 anos, quase todos economistas e todos ex-associados ou ex-dirigentes da JUC, a organização oficial (...) dos estudantes universitários católicos. Tinham entrado para a universidade sem grandes preocupação *políticas* (...). Tinham, porém, saído da universidade cheios de preocupações *sociais*. (...) Na medida em que se tinham apercebido de que o regime não só pactuava com o atraso, a miséria e as desigualdades, como obstava ao desenvolvimento, à melhoria das condições de vida, ao progresso social (...) tinham-se desapegado progressivamente do salazarismo em que se haviam formado e que os formara (...). Não tinham chegado à crítica do regime partindo da democracia; pelo contrário, tinham chegado à democracia partindo da crítica do regime.”

A criação da *Análise Social* nasceu como “fruto” da “conjugação” entre este grupo, um homem e um ministro.

O grupo é constituído pelos fundadores da revista e do 1.º GIS. Todos economistas, eles são Mário Murteira, Mário Pinto e Alfredo de Sousa, além de Pires Cardoso, Sedas Nunes e Raul Silva Pereira, este o primeiro secretário de redacção da revista e o único não jucista, mas que, “no entanto, vinha de muito perto”. Junta-ram-se-lhes depois Manuela Silva e Mário Cardoso dos Santos (Mónica, 2000: 384-389).

O homem é José Pires Cardoso, fundador do Gabinete de Estudos Corporativos (GEC), que funciona no Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa.

O ministro é José João Gonçalves Proença, titular da pasta das Corporações e Previdência Social, que aprovou a proposta de substituição do GEC e respectiva revista por um Gabinete de Investigações Sociais e a *Análise Social*.⁹

Os três — grupo, homem e ministro — formam um “triângulo imprevisível e improvável”, escreve Sedas Nunes. Triângulo na base da primeira revista de sociologia do país e, de algum modo também, da institucionalização das modernas ciências sociais em Portugal.¹⁰

9 Dirigida desde o primeiro número, saído no 1.º trimestre de 1950, por Pires Cardoso, a *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos* contou, entre os seus colaboradores, com Francisco Pereira de Moura, José Carlos Ferreira de Almeida (“durante anos, o único sociólogo português com sólida preparação teórica e metodológica em sociologia moderna”, segundo assinalou ASN no citado texto *Histórias*), Raul da Silva Pereira e, mais tarde, com Adérito Sedas Nunes e Manuela Silva.

10 Para análises, breves mas incisivas, das condições específicas e contraditórias que levaram o regime, apesar das pressões indirectas da Igreja e mais tarde das suas facções tecnocráticas, a abrir-se muito lentamente às ciências sociais, ver Raul da Silva Pereira (1994: 5-8), e José Madureira Pinto (2004: 11-31).

“Sociólogos” e “vanguardistas”

Do segundo grupo jucista — que estará na fundação da revista *O Tempo e o Modo* (curiosamente saída nos mesmos mês e ano da *Análise Social*), como tinha estado antes na fundação do CCC-cineclube de universitários para uma cultura cinematográfica cristã — dirá João Bénard da Costa que incluía dois ramos distintos: “o dos ‘sociólogos’ (mais ‘bem comportados’ e menos ‘intelectuais’), e o dos ‘vanguardistas’, quer em posições políticas, quer no interior da Acção Católica, quer numa predominante atenção aos fenómenos estéticos mais inconformistas”.¹¹

Será neste sentido que Sedas Nunes fala de “uma geração social” que há quatro décadas atravessava longitudinalmente a história portuguesa. Homens e mulheres, todos crentes, “de uma dessas gerações improváveis que às vezes surgem na história das sociedades” (Mónica, 2000: 391-2).

Alguns parágrafos antes, o autor nomeara algumas dessas figuras, que no marcelismo viriam a ocupar não apenas altos cargos técnicos (João Moura, João Cravinho), mas também altos cargos políticos na governação: Rogério Martins, João Salgueiro, Joaquim Silva Pinto.

Mário Murteira, antigo assistente de Sedas Nunes e de Pereira de Moura e também ele jucista, considera, a propósito, que a opção que se colocava aos jovens inquietos desse tempo era clara: “ou se ia salvar o mundo por via do PCP ou por via da Igreja católica”.¹²

Os nomes que deram corpo aos dois grupos e às duas iniciativas em apreço, o papel divulgador do jornal *Encontro* e as circunstâncias em que tudo isto acabou por se passar, no seio da Igreja e do regime, constam, por isso, também, desta abordagem.

Sociologia religiosa e primeiros inquéritos em Portugal

Entre os precursores da aplicação de métodos estatísticos nos estudos religiosos destacam-se, no princípio do segundo quartel do século XX, Gabriel Le Bras e Fernand Boulard.

Le Bras chamou a atenção para o interesse que tinha o conhecimento do Cristianismo das multidões anónimas e colaborou com Boulard, assistente-geral da JAC francesa, na elaboração da carta religiosa da França Rural (Silva, 1979).

Estas experiências são objecto da atenção divulgadora de revistas destinadas aos sacerdotes portugueses. Relevamos a publicação na *Lumen*, poucos meses depois do I Congresso da JUC, de um estudo de 11 páginas intitulado “Notas de sociologia religiosa (preâmbulos da Acção Pastoral)” (Carmo, 1953: 539-550).

11 “Meus tempos, meus modos”, *Diário de Notícias*, 9-11-1983.

12 Entrevista ao autor.

O estudo mostra que os métodos de investigação, por questionário oral ou escrito, não são inéditos na pastoral portuguesa do tempo.¹³

Os primeiros, sobre prática religiosa dominical em paróquias de Lisboa, foram realizados por Manuel Falcão, e seriam publicados em 1956. A este sacerdote se deve igualmente a execução do recenseamento da prática dominical, a nível nacional, o que lhe faz ganhar o epíteto de “fundador da sociologia religiosa em Portugal” (Silva, 1979: 62).

Manuel Franco Falcão, n. em 1922, ordenou-se depois de ter concluído o curso de Engenharia Mecânica no IST. Foi aluno e professor do Seminário dos Olivais — onde se formaram vários redactores do BIP —, bispo auxiliar de Lisboa e, a partir de 1975, sucessivamente, coadjutor e residencial de Beja (1975-1999). Pormenores curriculares relevantes, que encontramos referenciados em Nuno Estêvão Ferreira (2001: 66): quando aluno do IST, pertenceu à JUC, qualidade em que fundou, com outros, o Centro de Acção Social Universitária, em cujo âmbito participou numa recolha de dados no Bairro da Boavista, dinamizada por Abel Varzim... que... se licenciara em ciências político-sociais em Lovaina, e que, antes do embate com Salazar, fora deputado da União Nacional.¹⁴

O regime de ditadura abominava a palavra “sociologia”. Apesar de uma indesmentida cumplicidade com Salazar, o cardeal Cerejeira providenciou a formação sociológica de vários padres no estrangeiro, autorizou a presença de representantes portugueses, a partir de 1956, em reuniões internacionais de sociologia religiosa (ver *Boletim de Informação Pastoral*, Agosto-Setembro, 1959-3, 18-19; Ferreira, 2001: 83), e foi o rosto, em Janeiro de 1959, da criação pelo episcopado do Secretariado de Informação Religiosa (SIR).¹⁵

Num quadro de renovação, criado pela eleição de João XXIII, em Outubro de 1958, a Igreja portuguesa dotava-se de um “organismo de informação e recolha de dados estatísticos”, a fim de poder “fundamentar a acção pastoral numa base de conhecimentos seguros, completos e profundos das situações, das tendências e das forças em jogo que definem em concreto a vida das comunidades”.¹⁶

13 Para se sentir mais junto da população, a JOC enviava os seus militantes para o terreno, encarregando-os de procederem ao levantamento físico e social do meio (localização das fábricas, das colectividades, cafés, tabernas, cinema local, tipo de frequência, hábitos, desportos e outros jogos praticados). Feita a “carta operária” do local, o organismo passava então à realização de “inquéritos operários”, elaborados e realizados inteiramente pelos filiados, ainda que sob a orientação dos assistentes religiosos, que lhes proporcionavam encontros com congêneres estrangeiras, para troca de experiências (entrevista a Homero Cardoso).

14 Ver, a propósito dos acidentes de percurso no relacionamento entre o Estado Novo e a Igreja, dois textos de síntese muito interessantes de Luís Reis Torgal (2004) e Maria Inácia Rezola (2004).

15 Para aprofundar informações sobre esta participação ver *Boletim de Informação Pastoral*, 1959-3: 18-19; Ferreira (2001: 83).

16 “Decreto de Criação do Secretariado de Informação Religiosa”, *Boletim de Informação Pastoral*, Maio 1959-1. A renovação não se fica pela elite eclesiástica de Lisboa. Também os bispos Agostinho de Moura (diocese de Portalegre e Castelo Branco) e Domingos Assunção da Apresentação Fernandes (diocese de Aveiro) empreendem, neste período, uma reforma pastoral do catolicismo local com recurso à sociologia religiosa, de forte influência francófona (Ferreira, 2001: 81; 189).

O projecto, que incluía a criação de um Centro de Estudos Sócio-eclesiais, contou, seis meses depois, com um *Boletim de Informação Religiosa* (BIP), dirigido, precisamente por Manuel Falcão, e no qual se publicaram “estudos breves mas elucidativos da situação da Igreja em Portugal”.

Na história deste secretariado e do seu boletim, cujo último número se publicará em Outubro de 1970, detectamos alguns “discretos abalos” como marcas evolutivas do catolicismo português ao longo deste período: o impacto do Vaticano II; a desagregação do modelo originário da Acção Católica e as pressões da JEC, JUC e JOC; a crise dos seminários e do clero; os desafios da modernidade cultural à moral tradicional; a criação da Universidade Católica; a questão colonial entrecruzada com o problema missionário; e a crescente politização de certos sectores, em particular o juvenil (Costa Pinto, 2004: 49; Ferreira, 2001: 24).

Desde o terceiro número, o BIP irá publicando informações e notícias sobre “a mais nova das ciências auxiliares da Pastoral”, bem como “estudos parcelares (...) expostos em linguagem propositadamente pouco técnica”, acompanhados de cartogramas e gráficos sobre aspectos demográficos, sociais e religiosos das dioceses do país. São criadas ao mesmo tempo, no âmbito do SIR, “equipas de sociologia religiosa”, constituídas por seminaristas e por leigos, ligados à ACP.

É assim que, além de Manuel Falcão, encontramos a trabalhar regularmente no boletim, entre outros, José Vieira Marques, Fernando Micael Pereira, Mário Bacalhau, João Seabra Dinis, Joaquim Magalhães Mota, Serafim Ferreira e Silva (actual bispo de Leiria e Fátima), Avelino Rodrigues, Diogo Lino Pimentel e Joana Bénard da Costa Veloso.

Apesar deste dinamismo, contudo, “o primeiro estudo científico de sociologia religiosa em Portugal será feito apenas no ano de 1977”, data em que Augusto da Silva realiza um recenseamento global da prática religiosa (missa, comunhão, baptismo e matrimónio) dos católicos no continente e ilhas, sustenta o dominicano Luís de França.¹⁷

Relevem-se ainda dois estudos pioneiros deste antigo investigador do IED, sobre o comportamento religioso da população portuguesa e a atitude dos jovens perante a religião (1980 e 1985, respectivamente, e a criação de uma cadeira de sociologia na Universidade Católica, a cargo de Manuel Luís Marinho Antunes.¹⁸

17 Entrevista a Luís de França. Padre jesuíta, Augusto da Silva é o responsável do Gabinete de Investigação e Acção Social do ISESE. Apesar do carácter pioneiro do recenseamento a nível das dioceses, os bispos portugueses nunca o publicaram.

18 O trabalho *Comportamento Religioso da População Portuguesa*, publicado em 1980 (Moraes Editores/IED), foi o primeiro estudo comparativo das realidades económicas e políticas com a variável religiosa, e teve por base um levantamento feito, não já por dioceses, como o anterior, mas por concelhos. O estudo de Luís de França (1985) foi assinalado por Manuel Braga da Cruz como representando “a introdução do estudo das questões religiosas nos meios académicos”. Braga da Cruz falava no seminário *Os Jovens Portugueses e a Religião*, organizado pelo IED e pelo ICS, em 1984, no LNEC. Além do trabalho de Luís de França, a *Análise Social* integrou no dossiê dedicado a esta temática as comunicações de M. L. Marinho Antunes, Luísa Braula Reis e José Machado Pais (pp. 245-388).

I Congresso das JUC

A Acção Católica constituiu-se como “um dos motores do catolicismo em Portugal desde a década de 1930 até princípios dos anos 70” (Ferreira, 1987). Após o encerramento, em 1948, do jornal operário católico *O Trabalhador*, de que o padre Abel Varzim era o grande animador, distancia-se gradualmente do corporativismo salazarista (Ferreira, 2000), o que não impede que os anos 50 e 60 sejam marcados, dentro dela, por uma grande mobilização social de filiados e militantes. Apesar de todos os condicionalismos, não há assunto que não seja estudado à luz dos princípios da doutrina social da Igreja: corporativismo, reforma da universidade, emigração, descolonização, desenvolvimento económico, democratização (Silva, 1993).

No espaço de sete anos (1948-1955) realizam-se cinco grandes congressos em Fátima e Lisboa: professores primários, JICF, Homens Católicos, JUC/JUCF e JOC. Neste último — o “temido e polémico” Congresso da JOC —, a censura proíbe a apresentação de um Jogo Cénico por o considerar “de inspiração comunista, subversiva e perigosa”, e Salazar mandará dizer a Cerejeira: “AJOC deixa de existir se não se limitar à sua esfera religiosa” (Gomes, 1984; Cruz, 1990; Santos, 1980).

Três anos depois, como mais adiante referiremos, o alinhamento do *Novidades* pelo candidato do regime às presidenciais de 1958 e o memorando crítico do bispo do Porto a Salazar empurram alguns destacados da JOC e da JUC para fora da esfera do regime e, progressivamente, do activismo católico.

Mas, no início da década, os tempos não são ainda, dentro da ACP, de “exigências de natureza política ou de alteração de regime” (Ferreira, 1999: 30). Pelo contrário, a Igreja católica é, ainda, como lhe chama Costa Pinto (2004), “um pilar central do Salazarismo”.

Sem surpresa, pois, o I Congresso da Juventude Universitária Católica concita as expectativas benevolentes das hierarquias — religiosa, política e académica —, que nele se fazem representar ao mais alto nível: cardeal patriarca, ministro da Educação Nacional, reitores dos três centros universitários do país (Lisboa, Coimbra e Porto).

Realizado após as férias da Páscoa, entre 15 e 19 de Abril de 1953, no IST, o congresso atrai “mais de dois mil alunos”, o que excede “as mais ousadas expectativas” (Zurara, 1953). Tema: “A universidade e o pensamento católico”.

Pela primeira vez, estudantes e jovens licenciados dissertam em público, ao lado dos mestres, sobre os problemas universitários. Os discursos de abertura e de encerramento, a cargo de Adérito Sedas Nunes (1953) e de Maria de Lurdes Pintasilgo (1953), líderes da JUC e da JUCF, respectivamente, temperam referências à crise da universidade com críticas ao facilitismo e “ao clima de constantes reivindicações”.

Sedas Nunes tinha terminado em 1951 a sua licenciatura. “Jovem adulto católico”, ele é ainda, ideologicamente, um corporativista, como contará três décadas e meia depois, no célebre texto. Apesar de um ano depois do congresso já as “maiores dúvidas” o assaltarem, ao constatar “a total descoincidência entre os princípios corporativos e as realidades sociais”, manter-se-á ainda fiel à “ideia” corporativa, acreditando que ela “poderia vir a realizar-se na sociedade, desde que os homens se lhe convertessem”.

No discurso inaugural, ele reclama uma universidade que viva “na Sociedade e para a Sociedade”, e sustenta que estudar o problema da universidade à luz do pensamento católico é colocá-lo num tempo em que (frisa, citando Pio XII) “os erros terríveis do materialismo e do naturalismo (...) evidenciam a vacuidade duma filosofia construída sobre fundamentos puramente humanos”.

Maria de Lurdes Pintasilgo, pede, no final, “a Universidade Nova”. Porque a velha se reduz a ser “uma escola de técnicos, de valor humano muito discutível, preterindo ou renegando as funções essenciais que lhe cabem”. Tudo balizado, no entanto, “pela total submissão à doutrina de Cristo e do Seu Vigário na terra”.

As 37 “conclusões e votos” do congresso são aprovadas por professores e alunos. “As mais vibrantes aclamações de toda a assistência” sublinham a reivindicação de uma Universidade Católica, “com as Faculdades e Institutos que a Hierarquia houver por bem considerar necessários à defesa e ao desenvolvimento da cultura superior católica”.¹⁹

Apesar dos cuidados de redacção, nota-se, aqui e além, a influência dos inquéritos, lançados no sentido de apurar “a situação real do meio universitário português”. Os congressistas defendem uma selecção dos melhores valores, que não se baseie “em considerações de ordem económica ou em razões de classe”; a atribuição de bolsas e outros subsídios, complementada, quando necessário, com a concessão de empréstimos; autonomia universitária, que deve ir tão longe “quanto o consentirem as exigências do bem comum nacional, cabendo ao estado a salvaguarda desse bem comum”. E fazem um apelo para a “procura imediata de soluções” para o problema da habitação.²⁰

Surpreendente ou talvez não, dada a presença liderante de Lurdes Pintasilgo na iniciativa, a inclusão de um ponto inteiramente dedicado ao carácter excessivamente masculino da escola.²¹

I Inquérito

Os trabalhos preparatórios do congresso iniciaram-se dois anos antes, com encontros de todos os dirigentes gerais e diocesanos da organização. Sem preparação académica específica, os jucistas formam uma comissão encarregada de preparar o

19 Cfr. *I Congresso da JUC: Boletim de Informação*, n.º 5, de 18 de Maio de 1953. Mantivemos a grafia original.

20 Este problema será objecto, nas páginas do *Encontro*, de vários inquéritos de tipo jornalístico — realizados, entre outros, pelos estudantes Joaquim Magalhães Mota (1956, n.º 4), Matos de Carvalho e Eduardo Pinho (1957, n.º 9) — e de textos teóricos a cargo de Nuno Teotónio Pereira e de Nuno Portas.

21 A formulação pode soar recuada nos tempos de hoje. Mas, também por isso, vale a pena transcrevê-la na íntegra: “Na sua forma actual, a Universidade não é mais do que uma instituição masculina em que a mulher pode entrar livremente. Urge que seja transformada, atendendo-se, na fixação de cursos, programas e horários, às exigências especiais da mulher e à particular natureza das tarefas para que a Universidade deve prepará-la.”

inquérito.²² Dela fazem parte, como membros permanentes, Adérito Sedas Nunes, Maria Isabel de Mendonça Soares, Maria Manuela da Silva e Sara Cristina Simões. Juntam-se-lhe cinco membros agregados: dois para os problemas religiosos e morais — António dos Reis Rodrigues (assistente religioso do organismo, mais tarde bispo de Madarsuma e que marcará a geração jucista seguinte) e João Resina Rodrigues (assistente de física no IST de Lisboa, tendo entrado em 1955 para o seminário dos Olivais); um, para problemas profissionais — António de Carvalho Coimbra; e dois, para os inquéritos às delegações da Comissão Executiva — Armando dos Santos Nogueira e João Costa André.

A comissão decide elaborar quatro tipos de inquéritos: directos aos estudantes; a jucistas e ex-jucistas; às equipas; e às delegações da Comissão Executiva.

O que se dirige directamente aos estudantes, desdobrado em dois, enviados em momentos diferentes, aborda questões de cultura geral e estudos, problemas económico-sociais, ocupação de tempos livres, habitação, etc. O que se dirige aos ex-jucistas, questiona-os sobre a chegada ao mercado de trabalho. Quanto aos restantes, procuram apurar dados comportamentais dos estudantes e professores, através — e aqui reside um dos lados mais débeis do trabalho —, da mediação das equipas ou de dirigentes do organismo, solicitados a dizerem o-que-pensam-que-os-estudantes-pensam.

Algumas equipas queixar-se-ão de que os inquéritos são “difíceis, obscuros, complicados”. Os organizadores respondem que não são profissionais especializados, mas insistem na seriedade do trabalho e na necessidade de respostas dentro dos prazos. “Fazei disto um ponto de honra perante N. S. Jesus Cristo”, pedem (Apêndice ao 2.º volume: 49).

Os resultados servem de base às palestras e às reuniões parciais do congresso. Só virão a ser conhecidos cá fora, porém, numa obra editada com a data da realização do congresso, mas na realidade só chegada ao público anos mais tarde.

Os organizadores acrescentam-lhe, “já como elemento de informação interessante, já como instrumento de crítica ao trabalho feito”, um *Apêndice*, autónomo, com os textos de todos os inquéritos.²³

É por ele que ficamos a conhecer que tudo esteve a cargo dos jucistas: a elaboração, o lançamento, a recolha, o apuramento e a apresentação dos inquéritos. “À JUC, pertence, no fundo — eles bem o sabem — o verdadeiro mérito. À JUC, isto é: à Igreja, a Cristo”, assinala Sedas Nunes no texto de apresentação, ao melhor estilo jucista do seu discurso de abertura.

22 “A ideia do Congresso constituía algo que fora interiorizado muito antes pelos jucistas”, diz Manuela Silva, que situa logo no início do ano lectivo de 1950/1 a montagem das primeiras estruturas. “Começámos do nada, a conversar. A ideia era chegar a todos os universitários do país. Não tínhamos ideia de amostra, não sabíamos o que eram hipóteses de trabalho, nem seleccionar variáveis, essas coisas que qualquer aprendiz hoje conhece. Não havia computadores, nem sequer máquinas de calcular. Um professor do Técnico, José Manuel Antelo, fez-nos os apuramentos, em compridas folhas de cálculo que estendeu lá em casa. Calculávamos percentagens em máquinas *Facit*.” (entrevista ao autor).

23 Ambos os textos *foram* editados pelas JUC, sem indicação de data, provavelmente três ou quatro anos depois, segundo os protagonistas por nós ouvidos.

O *Encontro* e o II Inquérito

Em Janeiro de 1956, menos de três anos depois da realização do I Congresso, a JUC lança o primeiro número do *Encontro*. Identificando-se como “órgão da Juventude Universitária Católica”, o jornal dá um “largo lugar” aos “graves problemas” que afectam o ensino superior. “Em pano que se desfaz, não há remendos que se possam deitar”, opina, crítico, o texto de apresentação, não assinado, a que hoje chamaríamos editorial.

Nas suas páginas encontraremos tanto anúncios à realização de um curso de sociologia rural, como sugestões para a introdução da disciplina de sociologia em cursos universitários.²⁴

João Salgueiro, presidente-geral do organismo, é o seu primeiro director. Outros nomes que atingirão relevo na vida política e cultural portuguesa figuram, ou virão a figurar, na ficha técnica: João Bénard da Costa, Pedro Tamen, Nuno Bragança, Alberto Vaz da Silva, João e Sidónio Paes, Joaquim Magalhães Mota, Carlos e Nuno Portas, Alfredo de Sousa, Mário Murteira, Manuel Lucena, Joaquim da Silva Pinto, José Pinto Correia, Maria de Lurdes Pintasilgo, M. S. Lourenço, Cristóvão Pavia, José Escada, António Barbedo de Magalhães, Francisco Sarsfield Cabral, Luís Salgado de Matos, Vítor Constâncio, Rui Machete, Jorge Miranda, António Sousa Franco, Pedro Roseta.

Apresentados como “especialistas”, nele escreverão também Francisco (Pereira) de Moura, economia; Adérito S. Nunes, questões sociais; e Luís Acher, ciências, entre outros.

Tendo como modelo a revista *Esprit* e o personalismo de Mounier, João Bénard da Costa (director entre os números 12 a 18) ensaiará nele posturas e estilos de intervenção cultural e política que se irão apurar, em 1963, na fundação da revista *O Tempo e o Modo*.

Encontro é a primeira expressão do sector mais inconformista da JUC, sustenta Bénard da Costa. O seu conteúdo, diz a Maria João Avilez, em 1994, é “completamente diferente de qualquer outra publicação católica”. Inicialmente apoiados por António dos Reis Rodrigues, os jovens jucistas apostam na mudança, quer da Igreja quer do país. É por isso que vêem com estupefacção o jornal católico *Novidades* apoiar Américo Tomás nas presidenciais de 1958. Exigem isenção eleitoral, numa carta enviada ao jornal, com as assinaturas, entre outros, de Bénard da Costa, João Salgueiro, Xavier Pintado, Rogério Martins, Pereira de Moura e João Gomes (um dos mais influentes líderes da JUC, juntamente com Manuel Serra, neste período). A hierarquia reage mal. Bénard abandona a JUC mas não ainda o catolicismo. Encontrará em António Alçada Baptista, da Moraes Editora, o dinheiro e o líder de

24 No primeiro e no segundo cursos, organizados em 1956 e 1959 pela secção da JUC no Instituto Superior de Agronomia (ISA), estarão entre os professores o reitor da Pontifícia Faculdade de Filosofia de Braga, Lúcio Craveiro da Silva, SJ, Eugénio Castro Caldas, da Universidade de Lisboa, Manuel Falcão, director do BIP, e F. Boulard, do Instituto Católico de Paris. Na década de 1960, os cursos serão realizados no GIS e no IES, abrindo-se a outras temáticas e chamando figuras como Mendras, Reynaud e Touraine.

que necessitava. A importância da editora na divulgação de autores e obras do personalismo cristão e da teologia mais inovadora; o diálogo entre crentes e não-crentes (que viria a dar, em 1968, o caderno *Deus O Que É*, que incluiu debates entre católicos e ex-católicos, e entre agnósticos ou ateus que colaboravam n' *O Tempo e o Modo*, e nos quais encontramos boa parte dos jucistas aqui referidos, bem como nomes fora da esfera de influência da Igreja, como Alfredo Barroso, Jaime Gama, João Martins Pereira e Sottomayor Cardia); o "Manifesto dos 101" católicos, de apoio à oposição (1965); iniciativas como a cooperativa *Pragma* (encerrada em 1967); alusões a figuras de referência como Felicidade Alves e Manuel Antunes constituem marcos relevantes no percurso deste grupo geracional, narrado por Bénard da Costa em três magníficos textos publicados em 1997, no *Independente*.²⁵

Sem surpresas, pois, quando Bénard da Costa e companheiros ex-jucistas fundam *O Tempo e o Modo*, muitos já se terão afastado do regime e não tardarão a afastar-se do catolicismo. Aos mais novos caberá cumprir uma promessa "sempre adiada" na JUC: dar seguimento ao I Inquérito.

Na verdade, a ideia do inquérito mantivera-se desde 1953. "Todos os anos, pelo menos desde 1959 para cá, as Direcções-Gerais da JUC e da JUCF têm resolvido no seu programa realizá-lo", informava o então líder da JUC, Emílio Rosa, no *Encontro* de Janeiro de 1964.

Esta tarefa mobilizará António Sousa Franco (já então assistente de economia política na Faculdade de Direito de Lisboa) e Pedro Roseta, pois são ambos directores do *Encontro* — o primeiro quando o jornal lança o inquérito, em 1963/4; o segundo quando o jornal dá a conhecer pela primeira vez os seus resultados, em 1966/7; Jorge Miranda (autor de um dos textos que explica pela primeira vez à nova geração os objectivos da iniciativa); e Rui Machete, que integrou a equipa do Codes que preparou o questionário, tratou e analisou os dados e redigiu o relatório.

Além de Rui Machete, participaram nos trabalhos Alberto Ramalheira, António Roque Antunes, António Sousa Gomes, Bertina Sousa Gomes, Carlos Filipe, Cláudio Teixeira, Fernando Gomes da Silva e João Veiga Gomes.

O *Encontro* — que se vai afirmando como um caso raro de qualidade na imprensa universitária, poderosa em certos períodos mas fragmentária (Ferreira e Nunes, 1968) — revela-se um factor de mobilização acrescida para os jucistas envolvidos na preparação e organização da iniciativa. As suas páginas servem para reportagens e inquéritos sobre os problemas a discutir, como o da habitação estudantil; entrevistas com técnicos que vão colaborar nos trabalhos; apelos à participação dos estudantes; esclarecimentos sobre o inquérito; e — quando começam a conhecer-se os resultados — artigos de divulgação e comentário.

É evidente a preocupação dos jucistas em ganhar as boas graças das associações de estudantes, cuja influência é fortíssima neste período, na sequência da "crise

25 Sob o título geral — *roubado* a Ruy Belo ("então companheiro mais distante") — "Nós, os vencidos do catolicismo", os textos foram publicados no *Caderno Vida*, sucessivamente nas edições de 1, 8 e 14 de Agosto de 1997.

académica” de 1962.²⁶ Em carta aos presidentes das associações, a Comissão Executiva pede que olhem para a iniciativa “com a devida simpatia” e “camaradagem académica”, e que criem entre os universitários “um clima propício à sua realização”.

A concessão de um subsídio pela Fundação Gulbenkian e a existência do Codes, para além da disponibilidade de os dirigentes se dedicarem “inteiramente” ao trabalho, criarão as condições “julgadas indispensáveis” para a realização deste.

O factor Codes

Como a *Análise Social, O Tempo e o Modo* e o CCUL, o Codes — Gabinete de Estudos e Projectos de Desenvolvimento Sócio-económico, é constituído por uma maioria de ex-jucistas. A empresa, que ainda hoje existe, toma a forma de cooperativa e virá a estar ligada a trabalhos relacionados com a sociologia rural. Entre os fundadores, encontra-se a equipa que preparou o questionário, tratou e analisou os dados e se encarregou da redacção dos relatórios do II Inquérito.

Os nomes que a compõem dão-nos de novo, lidos décadas mais tarde, a imagem da força aglutinadora da JUC: Alberto Ramalheira, António Roque Antunes, António Sousa Gomes, Bertina Sousa Gomes, Carlos Alberto Antunes Filipe, Cláudio Teixeira, Fernando Gomes da Silva, João Veiga Gomes (“o único não católico do grupo”), Manuel Belchior e Rui Machete.²⁷

O Codes dedicou-se durante três anos às tarefas do inquérito, para as quais contou com grupos de universitários das duas JUC e com o apoio do centro mecánográfico da APT (*Anglo-Portuguese Telephone*), em cujo ordenador foram realizadas as contagens dos apuramentos.

O questionário abrange a escola, o ensino e os problemas de estudo, a vocação, a preparação e as aspirações profissionais, a situação económica e social do estudante, os tempos livres, a família, os problemas culturais e a situação religiosa e moral. Muitas das questões são idênticas às do I Inquérito, “de modo a possibilitar eventuais comparações ulteriores”. Mas ao contrário deste, apenas se recorre a questionários individuais, ficando de fora as entrevistas, a observação participante das equipas e a recolha de informação de outros registos.

O inquérito, enviado pelo correio, sendo as respostas anónimas, foi realizado por amostragem aos 24.758 estudantes (15.237 homens; 9.521 mulheres)

26 Iniciado com a contestação ao decreto 40.900, que retirara a autonomia às associações, esse período teve em Vitor Wengorowius um actor importante como elemento de ligação entre a JUC de Coimbra (“um grupo aparte”) e o movimento associativo, de que era dirigente (entrevista a Joaquim Magalhães Mota). As lutas académicas irão debilitar a JUC, apesar do êxito que foi o Grande Encontro da Juventude, em 1963. Neste ano, estão inscritos nos dois organismos, masculino e feminino, 15,6%, cerca de 25 mil universitários existentes no país (*Encontro*, n.º 67: 16).

27 Informações fornecidas por Fernando Gomes da Silva, a quem agradecemos também a disponibilização de documentos editados pela JUC e pelo Codes.

matriculados no ano lectivo de 1963/4 nas Universidades de Coimbra, Lisboa (Clássica e Técnica) e Porto, e ainda nas Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e Porto.²⁸

O acolhimento dos estudantes “foi favorável”, registando-se 65 por cento de respostas devolvidas devidamente preenchidas (cerca de três mil). No conjunto, a amostra global comportou 2.819 respostas — 1.012 de Coimbra, 854 de Lisboa e 953 do Porto. As respostas foram tratadas mecanograficamente, tendo para o efeito sido codificadas e perfuradas em cartões IBM (computador IBM 1401-4000 memórias).

Segundo o relatório do Codes, que temos vindo a seguir, registaram-se algumas “dificuldades e deficiências”, entre elas a excessiva dimensão do questionário (93 perguntas) e a falta de “objectivos precisos a realizar no tratamento de dados”.²⁹

Adérito Sedas Nunes, no prefácio já citado, acrescenta-lhe outra: “Nem o tipo, nem a forma, nem a sequência de um certo número de questões é sempre a melhor”, mesmo “em pontos dos mais importantes, como, por exemplo, no que respeita à origem social dos estudantes”. Adverte, porém, que “seria extremamente inadequado e injusto transformar em apressada depreciação (...) a crítica metodológica que é indispensável à correcta análise e interpretação dos dados obtidos”.

Síntese conclusiva

Fica por fazer o estudo dos resultados do I Inquérito e respectivos comentários (uns e outros praticamente ausentes da bibliografia especializada, com a excelente excepção do citado trabalho de Nuno Estêvão Ferreira).

O objectivo deste texto é outro, porém: valorizar aspectos e contextos menos acentuados e revelar dados inéditos da história, no essencial conhecida, dos estudantes que, entre o início dos anos 50 e meados dos anos 60, na JUC e através do jornal *Encontro*, fizeram o primeiro levantamento sistemático da situação universitária portuguesa.

A sua não é — como não era a dos seus mentores dentro da Acção Católica — uma perspectiva sociológica, e sim pastoral. Embora esta tenha começado a recorrer, nos anos 50, à sociologia religiosa como “ciência auxiliar”.

Animados do método de “revisão de vida” celebrizado pelo padre belga J. Cardjin, fundador da JOC — *ver, julgar e agir* —, os jucistas querem, acima de tudo, intervir no meio em que vivem: escola, amigos, rapidamente o país. Nisso se singulariza o seu trajecto, quando comparado com o de outros universitários da sua

28 A. Sedas Nunes acrescentará em “A universidade no sistema social português: uma primeira abordagem” (Mónica, 2000: 276), que o recenseamento geral da população estudantil portuguesa feito pelo Codes para, a partir dele, ser escolhida a amostra, foi “infelizmente incompleto, pois apenas cobriu 20.281 alunos”, do total oficialmente apurado, e que indicamos acima.

29 A. Sedas Nunes (s/d: 3-9), *Situação e Opinião*.

geração, mergulhados num mesmo contexto histórico propício ao despertar da inquietação juvenil (Silva, 1993: 784-5; D’Espiney, 1990, 113-127).³⁰

Vista à distância, a realização dos dois grandes inquéritos à população universitária portuguesa constitui um marco miliário da passagem dessa plêiade sucessiva de jovens pela universidade e pela Igreja católica. Circunstancialismos históricos ligados ao regime salazarista e que atingem o seu auge na década de 1960 favorecem que seja entre eles — orbitando em sectores mais próximos do poder — que a procura de conhecimentos de tipo sociológico comece a ser formulada (Pinto, 2004: 14-15; Murteira, 1993: 745-752)

Adérito Sedas Nunes, apesar de ter sido o principal responsável do I Inquérito, aponta-lhe “evidentes deficiências metodológicas”. A “qualidade intrínseca” do trabalho deixa muito a desejar, observa. E explicita: “Os técnicos estatísticos (...) não deixarão de notar as evidentes deficiências metodológicas. Os especialistas de alguns temas sociais hão-de porventura sorrir de certas posições assumidas. Os próprios relatores, se tivessem de retomar hoje o trabalho que lhes coube, certamente o fariam em muitos pontos diferente; alguns mesmo sentirão certo constrangimento ao ver sair a lume, sob a sua responsabilidade, textos que desejariam refazer.”

Defende, contudo, “a validade das mais significativas conclusões”, e considera que ele representou a “primeira tentativa sistemática, realizada entre nós, de determinação positiva, sobre uma larga base empírica, da situação nacional, num sector e sob um complexo de aspectos cuja excepcional relevância na sociedade se vai afirmando cada vez mais insistentemente”.³¹

O salto técnico qualitativo seria dado, como vimos, quando a JUC lançou o II Inquérito Geral. Passara uma década, o que significa que os pioneiros de 1952/3 se encontram agora no terreno. É lá que os seus sucessores lhes vão buscar a experiência e o *know-how* entretanto adquirido. Ao contratarem os serviços do Codes, os novos dirigentes da JUC estão a reatar a ligação com os pioneiros do I Inquérito.

Alguns, com Sedas Nunes à frente, desbravam nesse preciso momento, no GIS e na *Análise Social*, os caminhos que hão-de conduzir à sociologia em Portugal.³² E vão,

30 Revela-se curioso o cotejo do percurso histórico das duas camadas da juventude, a que aludem os textos dos dois autores: envolvida na militância católica uma, e por essa via, progressivamente, na cultural e na política; envolvida na contestação radical (política, moral, cultural), a outra. Uma e outra, porém, parafraseando D’Espiney, estabelecendo um ponto de encontro seguramente — já na idade madura — no 25 de Abril e no nascer de novas utopias.

31 “Apresentação”, em *Situação e Opinião...*: 9-10. O BIP apontar-lhe-á um outro erro: “Obteve uma percentagem maior de jucistas e simpatizantes do que, na realidade, corresponde à das presenças católicas nas nossas Faculdades, Institutos e Escolas Superiores. Os resultados vieram assim afectados duma tonalidade ‘católica’ que deformou a visão objectiva do que a nossa Universidade é e pensa” (n.º 10: 11).

32 É tentador assinalar que, ao mesmo tempo, padres e leigos — alguns ligados directamente à JUC; outros, no futuro, dentro ou fora da Igreja, ligados às ciências sociais e à sociologia — mergulham em estudos e pesquisas sobre a realidade sócio-religiosa em Portugal. Fazem-no, no âmbito do Secretariado de Informação Religiosa (SIR) e do seu órgão central, o *Boletim de Informação Pastoral* (BIP). O que, ressalvada a sua “profunda diferenciação estratégica”, permitirá estabelecer uma zona de proximidade, nas origens, entre o GIS e o SIR, assente no reformismo católico e na emergência de conhecimento e de transformação da realidade social portuguesa (Ferreira, 2001: 190).

por isso, tratar, com mais actualizadas metodologias, o amplo campo de dados estatísticos postos à sua disposição pelos seus sucessores naquele organismo católico.

Um novo e dinâmico triângulo se fechava ali, para os actores de um processo que se estendeu por cerca de uma década e meia. E que teve: como elo, a JUC e a fé católica, que grande parte abandonaria; e por cimento, o interesse pela realidade social do país, que sonharam transformar, transformando-se eles próprios.

Referências bibliográficas

- Almeida, José Carlos Ferreira de (1968), “Situação e problemas do ensino de ciências sociais em Portugal”, *Análise Social*, VI (22-23-24), pp. 697-729.
- Almeida, João Ferreira de (1988), “Discurso de Abertura do 1.º Congresso Português de Sociologia”, *Análise Social*, XXIV (100), pp. 467-474.
- Avilez, Maria João (1994), “O filme dos nossos 20 anos”, *Público/Magazine*, 31-01-1994.
- Barbosa, António Manuel Pinto (1993), “Dois simples traços da personalidade do prof. Sedas Nunes”, *Análise Social: Homenagem a Sedas Nunes*, XXVIII (123-124), pp. 731-732.
- Bénard da Costa, João (1983), “Meus tempos, meus modos”, *Diário de Notícias*, 09-11-1983.
- Bénard da Costa, João (1997), “Nós os vencidos do catolicismo”, *Independente/Caderno Vida*, edições de 1, 8 e 14 de Agosto de 1997, pp. 12-33, 20-33 e 28-36.
- Carmo, F. (1953), “Notas de sociologia religiosa (preâmbulos da Acção Pastoral)”, *Lumen*, Setembro/Outubro, XVII (IX-X), pp. 539-550.
- Costa Pinto, António (2004), “Portugal contemporâneo: uma introdução”, em António Costa Pinto (org.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. 11-50.
- Cruz, Manuel Braga da (1982), “Para a história da sociologia académica em Portugal”, *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, LVIII, pp. 73-121.
- Cruz, Manuel Braga da (1990), “As relações entre a Igreja e o Estado”, em Fernando Rosas, (org.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, vol. XII da *Nova História de Portugal*, de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (orgs.), Lisboa, Editorial Presença, pp. 201-221.
- Fernandes, António Teixeira (1996), “O conhecimento científico-social: elementos para a análise do seu processo em Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 20, pp. 9-41.
- Ferreira, António Matos (1987), “A Acção Católica: questões em torno da organização e da autonomia da acção da Igreja Católica (1933-1958)”, em *O Estado Novo: das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, vol. II, Lisboa, Fragmentos, 281-303.
- Ferreira, António Matos (1999), “Acção Católica”, em António Barreto e Maria Filomena Mónica (orgs.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII, suplemento A/E, Lisboa, Livraria Figueirinhas, pp. 25-31.
- Ferreira, Nuno Estêvão (2000), “Da reconquista cristã à irreversível pertinência da laicidade: o percurso histórico da Acção Católica Portuguesa”, em *A História Nunca Pode ser Travada 1980-2000: 20 anos do Movimento Católico de Estudantes*, vol. I, Lisboa, Movimento Católico de Estudantes, pp. 17-56.

- Ferreira, Nuno Estêvão (2001), *Da Secularização à Laicidade na Sociedade Portuguesa: A Sociologia Religiosa e o Secretariado da Informação Religiosa (1959-1970)*, dissertação para obtenção do grau de mestre em história social contemporânea, Lisboa, ISCTE.
- Ferreira, Vítor, e Adérito Sedas Nunes (1968), “O meio universitário em Portugal: subsídios para uma análise sociológica da sua estrutura e evolução no período 1945-1967”, *Análise Social*, 22/23/24, pp. 526-595.
- França, Luís de (1985), “Os jovens portugueses perante a religião: caracterização global”, *Análise Social*, XXI (86), 1985-2.º, pp. 247-281.
- Gomes, Josué Pinharanda (1984), *Os Congressos Católicos em Portugal*, Lisboa, Secretariado Nacional para o Apostolado dos Leigos.
- Machado, Fernando Luís (1996), “Profissionalização dos sociólogos em Portugal: contextos, recomposições e implicações”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 20, pp. 43-103.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, José Luís Casanova, e João Ferreira de Almeida (2003), “Classes sociais e estudantes universitários”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80.
- Melo, Daniel Jorge Seixas de (2002), *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987)*, dissertação de doutoramento, Lisboa, ISCTE (policopiado).
- Mónica, Maria Filomena (org.) (2000), *A. Sedas Nunes: Antologia Sociológica*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Murteira, Mário (1993), “Um olhar (dos anos 60) sobre Portugal”, *Análise Social: Homenagem a Sedas Nunes*, XXVIII (123-124), pp. 745-752.
- Nunes, Adérito Sedas (1953), “Conceito cristão de universidade”, em *O Pensamento Católico e a Universidade: I Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica*, 1.º volume, Lisboa 15 a 19 de Abril de 1953, pp. 11-25.
- Nunes, Adérito Sedas (1963), “Problemas da sociologia em Portugal”, *Análise Social*, I (3); pp. 459-464.
- Nunes, Adérito Sedas (2000a), “Histórias, uma história e a História: sobre as origens das modernas ciências sociais em Portugal”, em Adérito Sedas Nunes, *Antologia Sociológica*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 335-394.
- Nunes, Adérito Sedas (2000b), “A universidade no sistema social português”, em Adérito Sedas Nunes, *Antologia Sociológica*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 272-333.
- Nunes, Adérito Sedas (s/d), “Apresentação”, em *O Pensamento Católico e a Universidade: I Congresso Nacional da Juventude Católica Portuguesa*, 2.º volume “Situação Universitária Portuguesa” (3 tomos), Lisboa/1953, III-IV.
- Nunes, Adérito Sedas (s/d), “Prefácio”, *Situação e Opinião dos Universitários: Inquérito Promovido pelas Direcções Gerais da Juventude Universitária Católica*, direcção técnica e realização de Codes, Lisboa, V-VIII;
- Pereira, Raúl da Silva (1994), “Adérito Sedas Nunes: no final do século”, *Análise Social: Homenagem a Sedas Nunes*, XXIX (125-126), pp. 5-8.
- Pintasilgo, Maria de Lurdes (1953), “O congresso e a renovação da universidade”, em *O Pensamento Católico e a Universidade: I Congresso Nacional da Juventude Universitária Portuguesa*, Lisboa, Direcções-Gerais da JUC e da JUCF, pp. 53-60.

- Pinto, José Madureira (1991), "In Memoriam", *Revista de História das Ideias*, 13, pp. 515-6.
- Pinto, José Madureira (2004), "Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, pp. 11-31.
- Rezola, Maria Inácia (2004), "O sindicalismo católico no Estado Novo", em AA.VV., *A Igreja e o Estado em Portugal: Da Primeira República ao Limiar do Século XXI*, colecção Cadernos Museu Bernardino Machado, V Encontros de Outono, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de V. N. de Famalicão/ editora Ausência, pp. 131-155.
- Santos, António (1980), "Revisão histórica da Acção Católica", *Laikos*, Lisboa, 10, pp. 13-46.
- Silva, Augusto da (1979), "Prática religiosa dos católicos portugueses", *Economia e Sociologia*, 25-26, pp. 61-220.
- Silva, Augusto da (1996), "A sociologia em Évora", *Economia e Sociologia*, 62, pp. 111-120.
- Silva, Augusto Santos (1993), "Continuidade e inovação na doutrina social da Igreja", *Análise Social*, 123-124, pp. 775-786.
- Silva, Manuela (1993), "Economia, sociedade e ética", *Análise Social: Homenagem a Sedas Nunes*, XXVIII (123-124), pp. 743-744.
- Torgal, Luís Reis (2004), "Igreja e Estado no regime de Salazar entre a 'separação' e a 'concordata'", em AA. VV., *A Igreja e o Estado em Portugal: Da Primeira República ao Limiar do Século XXI*, colecção Cadernos Museu Bernardino Machado, V Encontros de Outono, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de V. N. de Famalicão/ editora Ausência, pp. 95-129.
- Zurara, Gomes de (1953), "O Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica: JUC e JUCF", *Brotéria*, LVII, pp. 82-101.

Fontes documentais e impressas

- Arquivo (não organizado) do Movimento Católico de Estudantes (organismo que aglutinou, em 1980, as JEC e JUC masculinas e femininas), Patriarcado de Lisboa.
- Arquivo pessoal do eng. Fernando Gomes da Silva.
- Biblioteca do Convento Dominicano, colecção do *Boletim de Informação Religiosa* do n.º 1, Maio de 1959, ao n.º 21, Janeiro/Fevereiro de 1963, Alto dos Moinhos, Lisboa.
- Codes (s/d), *Situação e Opinião dos Universitários: Inquérito Promovido pelas Direcções Gerais da Juventude Universitária Católica*, Lisboa.
- Colecção do jornal *Encontro*, órgão da JUC, n.ºs 1-67.
- I Congresso da JUC-Boletim de Informação*, n.º 5, de 18 de Maio de 1953.
- O Pensamento Católico e a Universidade*, I Congresso Nacional da Juventude Católica Portuguesa, 2.º volume, Situação Universitária Portuguesa (3 tomos), Lisboa, 1953.
- O Pensamento Católico e a Universidade*, I Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica, 1.º volume, Lisboa/15 a 19 de Abril de 1953, edição das Direcções-Gerais da JUC e da JUCF, s/d.
- Textos dos Inquéritos, Apêndice ao 2.º Volume*, I Congresso Nacional da Juventude Católica, s/d (policopiado).

Testemunhos orais

- Entrevista com Fernando Gomes da Silva, dirigente da JUC e membro da primeira direcção do Codes, Janeiro/ Fevereiro/Junho de 2005.
- Entrevista com Manuela Silva, presidente-geral da JUCF, colaboradora do I Grande Inquérito à Juventude e da *Análise Social*, 2-2-2004.
- Entrevista com Mário Murteira, jucista e membro da equipa fundadora da *Análise Social*, Fevereiro e Junho de 2005.
- Entrevista com Homero Cardoso, antigo jocista, 6-2-2005.
- Entrevista com Luís de França, antigo membro do IED, 9-2-2005.
- Entrevista com Joaquim Magalhães Mota, jucista, coordenador redactorial do BIP e colaborador do *Encontro*, 17-2-2005.

Adelino Gomes. Jornalista. Frequenta o Programa de Doutoramento em Sociologia do ISCTE. *E-mail*: adelino.gomes@netcabo.pt

Resumo/ abstract/ résumé/ resumen

A JUC, o Jornal Encontro e os primeiros inquéritos à juventude universitária: contributos para a história das modernas ciências sociais em Portugal

Uma geração de universitários católicos empenhada na observação e transformação da realidade social emergiu na década de 1950, em Portugal. Pertenceu-lhe o desbravar dos primeiros caminhos que haveriam de conduzir, instaurada a democracia, à institucionalização da sociologia no país. Entre o I Congresso da JUC, presidido por Adérito Sedas Nunes, em 1953, e a divulgação dos resultados do II Grande Inquérito à juventude universitária, em 1967, traçam-se as conexões num triângulo cujos dois outros lados são o regime salazarista e a Acção Católica. A que quase todos começaram por estar ligados.

Palavras-chave Jucistas, *Encontro*, inquéritos à juventude, sociologia religiosa.

The JUC, the Jornal Encontro and the first surveys of university youth: contributions to the history of modern social science in Portugal

In Portugal, the 1950s saw the rise of a generation of Roman Catholic university students committed to observing and transforming social realities. They blazed the trails that would lead, with the advent of democracy, to the institutionalization of sociology in the country. Between the First JUC Congress in 1953, chaired by Adérito Sedas Nunes, and

the publication of the results of the Second Large-scale College Youth Survey in 1967, connections are made in a triangle of which the other two sides are the Salazar regime and the Acção Católica — to which almost everyone was initially attached.

Key-words “Jucistas”, *Encontro*, youth surveys, religious sociology.

La JUC, le Jornal Encontro et les premières enquêtes sur la jeunesse universitaire: contributions à l'histoire des sciences sociales au Portugal

Une génération d'universitaires catholiques se consacrant à l'observation et à la transformation de la réalité sociale est née dans les années 1950, au Portugal. C'est elle qui ouvrit les premiers chemins qui devaient conduire, une fois la démocratie instaurée, à l'institutionnalisation de la sociologie dans le pays. Entre le I^{er} Congrès de la JUC, présidé par Adérito Sedas Nunes, en 1953, et la divulgation des résultats de la II^e Grande Enquête sur la jeunesse universitaire, en 1967, les liens sont tracés sur un triangle dont les deux autres côtés sont le régime salazariste et l'Action Catholique, à laquelle presque tous ont commencé par être liés.

Mots-clés “Jucistes”, *Encontro*, enquêtes sur la jeunesse, sociologie religieuse.

La JUC, el Jornal Encontro y las primeras encuestas a la juventud universitaria: contribuciones para la historia de las modernas ciencias sociales en Portugal

Una generación de universitarios católicos empeñada en la observación y transformación de la realidad social emergió en la década de 1950, en Portugal. Les correspondió el desbravar de los primeros caminos que conducirían, instaurada la democracia, a la institucionalización de la sociología en el país. Entre el I Congreso de la JUC, presidido por Adérito Sedas Nunes, en 1953, y la divulgación de los resultados de la II Gran Encuesta a la juventud universitaria, en 1967, se trazan las conexiones en un triángulo en el que los otros dos lados son el régimen salazarista y la Acción Católica, a la que casi todos comenzaron por estar ligados.

Palabras-clave Jucistas, *Encontro*, encuestas a la juventud, sociología religiosa.